



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 001. PROVA OBJETIVA

#### FISCAL TRIBUTÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **07**.

A avaliação de sistemas tributários – isto é, o conjunto de regras legais que disciplina o exercício do poder impositivo pelos diversos órgãos públicos na forma de tributos cobrados no país – é notoriamente controversa no Brasil e em todo lugar. O sistema tributário desempenha papel central em uma economia moderna na medida em que afeta de múltiplas (e complexas) maneiras o padrão de crescimento econômico e a competitividade nacional, assim como a distribuição social e regional da renda, e pode atuar tanto como um elemento de suporte quanto um obstáculo ao desenvolvimento. É também crucial para delimitar com quanto cada grupo de cidadãos e empresas de quais regiões geográficas do país terá de arcar para financiar que tipo (e tamanho) de Estado e de provisão de serviços e bens públicos.

Frequentemente, o sistema tributário brasileiro é referido como uma “estrutura desconexa”. O fato é que fica difícil encontrar uma coerência lógica, baseada em fundamentos teóricos, que justifique uma estrutura tributária como a nossa. Mudar isso não é tarefa simples e depende de acordos políticos e federativos que fogem do alcance analítico deste texto, mas um bom ponto de partida é atualizar o diagnóstico dos problemas que temos de enfrentar e as alternativas de solução disponíveis à luz da teoria econômica e das experiências internacionais.

É possível imaginar dois caminhos de reforma tributária. Um primeiro seria de uma reforma radical, e também de mais difícil implementação. O segundo, de caráter pragmático, é trilhar um processo de mudança gradual ou uma “reforma fatiada”. É preciso, entretanto, diferenciar essa segunda alternativa da opção de se proceder a meras mudanças pontuais, que têm sido muitas vezes erroneamente denominadas reforma fatiada. Quando imaginamos que uma reforma será fatiada, está implícita a existência de um determinado desenho de sistema tributário que se pretende alcançar no futuro, mas cuja implementação é fracionada para facilitar a transição e permitir algumas correções de rumo.

Em outras palavras, independentemente do ritmo que se deseje adotar, o mais importante é que haja um ponto de chegada comum, que é aproximar nossa estrutura tributária de um “sistema ideal” no qual os vários elementos se ajustem apropriadamente e as distorções desnecessárias sejam eliminadas.

(Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti. *Reforma tributária no Brasil: princípios norteadores e propostas em debate*. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 30.09.2019. Adaptado)

- 01.** A abordagem do sistema tributário brasileiro no texto permite concluir que
- (A) distorções na distribuição dos tributos pelas regiões e cidadãos tendem a diluir-se, caso as mudanças na cobrança ocorram de forma escalonada.
  - (B) ainda é preciso analisar o papel da tributação no âmbito do desenvolvimento do país, para garantir que ela não afete o setor produtivo.
  - (C) a perspectiva de alterações poderá corrigir inadequações, mesmo que as mudanças sejam postas em prática paulatinamente.
  - (D) é visível a disparidade entre o Brasil e outros países, nos quais não se identificam incoerências na avaliação de princípios e resultados.
  - (E) alterar as atuais regras é um imperativo, que não se vincula a decisões de natureza política, pois visa ao bem-estar comum.
- 02.** O argumento dos autores para caracterizar o sistema tributário brasileiro como uma “estrutura desconexa” está no trecho:
- (A) ... fica difícil encontrar uma coerência lógica, baseada em fundamentos teóricos... (2º parágrafo)
  - (B) Mudar isso não é tarefa simples e depende de acordos políticos e federativos... (2º parágrafo)
  - (C) ... um bom ponto de partida é atualizar o diagnóstico dos problemas que temos de enfrentar... (2º parágrafo)
  - (D) ... uma reforma radical, e também de mais difícil implementação. (3º parágrafo)
  - (E) ... está implícita a existência de um determinado desenho de sistema tributário... (3º parágrafo)
- 03.** No início do primeiro parágrafo, o trecho colocado entre travessões e introduzido pela locução **isto é** representa, em relação à expressão **sistemas tributários**, uma informação
- (A) com objetivo comprobatório.
  - (B) de natureza argumentativa.
  - (C) meramente acessória.
  - (D) de caráter conceitual.
  - (E) com finalidade de retificação.
- 04.** Assinale a alternativa contendo, correta e respectivamente, o sinônimo e o antônimo dos termos destacados nas expressões – é **notoriamente** controversa... – e – opção de se proceder a **meras** mudanças... .
- (A) sabidamente ... indefinidas
  - (B) famosamente ... adequadas
  - (C) distintamente ... desmesuradas
  - (D) elevadamente ... insólitas
  - (E) manifestamente ... invulgares

05. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação do pronome na frase estão de acordo com a norma-padrão.

- (A) Já existe o diagnóstico dos problemas que temos de enfrentar e é preciso lhe atualizar.
- (B) Fala-se do exercício do poder impositivo e do conjunto de regras legais que disciplina-o.
- (C) Para uma estrutura tributária como a nossa, deve haver uma coerência lógica, baseada em fundamentos teóricos, que a justifique.
- (D) Quanto à nossa estrutura tributária, é importante um ponto de chegada que aproxime ela de um “sistema ideal”.
- (E) Sem a reforma fatiada não corrigiria-se o rumo do sistema tributário.

Para responder a esta questão, atenha-se à seguinte passagem do texto:

O sistema tributário desempenha papel central em uma economia moderna **na medida em que** afeta de múltiplas (e complexas) maneiras o padrão de crescimento econômico e a competitividade nacional, **assim como a** distribuição social e regional da renda... (1º parágrafo)

06. Assinale a alternativa contendo os termos que substituem as expressões destacadas e expressam, nos parênteses, a relação de sentido que estabelecem nos respectivos contextos.

- (A) assim sendo (conclusão) ... também (adição).
- (B) pois (causa) ... além da (adição).
- (C) entretanto (contraste) ... portanto (conclusão).
- (D) conforme (proporção) ... bem como (comparação).
- (E) desde que (proporção) ... tal qual (comparação).

07. A alternativa que reescreve trecho do texto de acordo com a norma-padrão de concordância é:

- (A) ... facilita-se a transição e é exigido algumas correções de rumo...
- (B) ... está implícito no tipo de reforma fatiada a existência de um determinado desenho de sistema tributário...
- (C) ... o mais importante é que possam haver pontos de chegada comuns...
- (D) ... o mais importante é que se eliminem as distorções desnecessárias...
- (E) ... independentemente dos ritmos que se desejem adotar...

Leia os quadrinhos, para responder às questões de números 08 e 09.



(Alexandre Beck, Armandinho. Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com). Acesso em 02.11.2019)

08. O elemento caracterizado nesses quadrinhos para produzir o efeito de sentido de humor é

- (A) a instalação de um diálogo sem vínculos com a realidade das personagens.
- (B) a escolha de vocabulário inadequado às condições dos falantes em cena.
- (C) a incompatibilidade entre as expressões fisionômicas das figuras e as falas que produzem.
- (D) o contraste entre a infantilidade das personagens e a gravidade do tema tratado.
- (E) a exploração da expressão linguística em suas diferentes possibilidades de sentido.

09. A alternativa que reescreve passagem do texto de acordo com a norma-padrão de regência é:

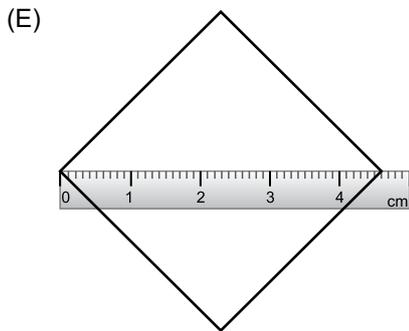
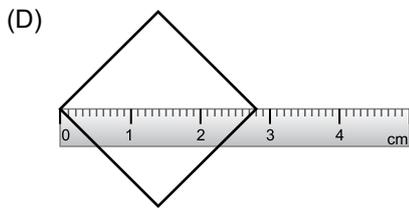
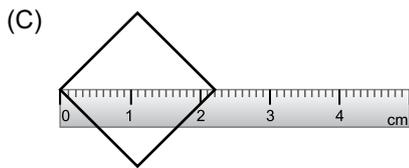
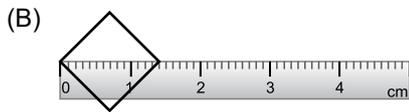
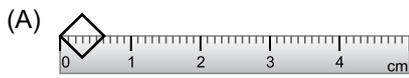
- (A) Estão querendo opor-se na realização de rodeios.
- (B) Rodeios são uma prática que eu não gosto.
- (C) Rodeios são uma prática que eu não concordo.
- (D) Prefiro que vão direto ao assunto a que façam rodeios.
- (E) Almejam de que os rodeios sejam proibidos.

10. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto a seguir, de acordo com a norma-padrão.

Os entraves \_\_\_\_\_ aprovação de uma reforma tributária fatiada estão principalmente associados \_\_\_\_\_ obtenção de soluções imediatistas, \_\_\_\_\_ efeitos se limitem a situações de momento. Sem saber \_\_\_\_\_ se vai chegar, de pouco adianta mudar.

- (A) à ... a ... que os ... aonde
- (B) a ... à ... cujos ... onde
- (C) a ... a ... que os ... onde
- (D) à ... a ... cujos ... onde
- (E) à ... à ... cujos ... aonde

11. Uma peça transparente para decoração tem a forma de quadrado de área  $4 \text{ cm}^2$ . Posicionando-se uma régua convencional sobre dois vértices opostos dessa peça, tem-se a situação representada em:

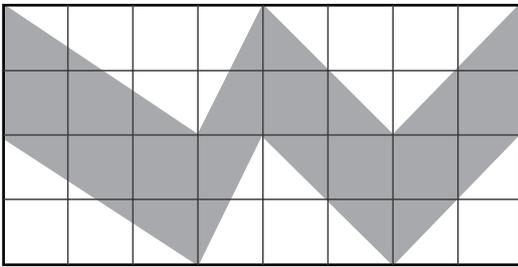


12. Um experimento realizado em laboratório foi concluído exatamente às 13h20min15s. Sabendo-se que esse experimento durou exatamente 32,4 minutos, o horário do seu início foi às

- (A) 12h37min09s.
- (B) 12h37min25s.
- (C) 12h47min09s.
- (D) 12h47min11s.
- (E) 12h47min51s.

13. Um escritório, que funciona de 2ª a 6ª feira, utiliza 250 folhas de papel A4 por dia. No início do dia 15 de outubro, uma terça-feira, o escritório tinha estoque de 1 300 folhas de papel A4. Sabe-se que o escritório incorporou 1 500 folhas de papel A4 ao estoque no início do dia 21 de outubro. Sem novas incorporações de folhas ao estoque, as folhas A4 desse escritório serão suficientes até o dia
- (A) 28 de outubro, com sobra de 50 folhas.  
 (B) 29 de outubro, com sobra de 50 folhas.  
 (C) 29 de outubro, com sobra de 100 folhas.  
 (D) 30 de outubro, com sobra de 50 folhas.  
 (E) 30 de outubro, com sobra de 150 folhas.

14. Observe a figura desenhada em uma malha de 32 quadradinhos idênticos.



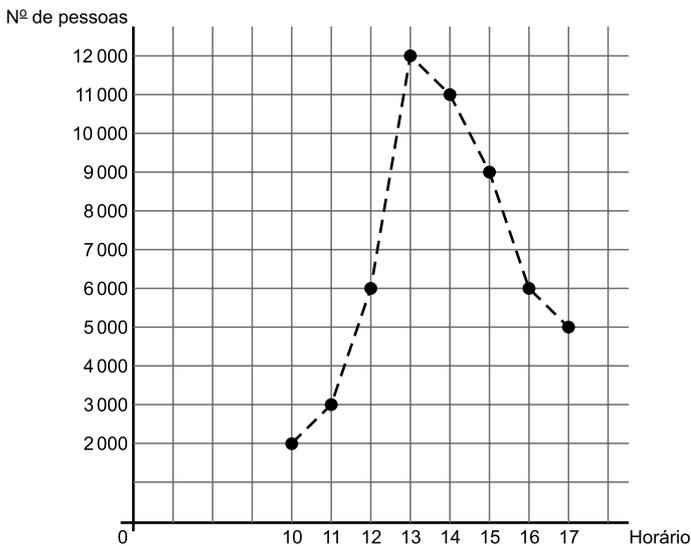
Em relação a essa malha, a região sombreada corresponde a:

- (A) 45%  
 (B) 48%  
 (C) 50%  
 (D) 52%  
 (E) 54%
15. Em uma empresa de 200 funcionários, 74 são mulheres e os demais, homens. A empresa pretende contratar apenas novas funcionárias de tal forma que as mulheres passem a corresponder a 55% do novo total de funcionários (homens e mulheres). Após a contratação, a diferença entre o número de mulheres e de homens trabalhando nessa empresa será igual a
- (A) 26.  
 (B) 28.  
 (C) 30.  
 (D) 32.  
 (E) 34.

16. Um escritório de advocacia trabalha com as áreas civil e tributária. Em 2017, quatro quintos das causas recebidas pelo escritório naquele ano eram da área civil. Em 2018, o número de causas tributárias recebidas pelo escritório aumentou em 150 com relação ao número de 2017, e o de causas da área civil, em 80. Na situação consolidada, que reúne as causas civil e tributária de 2017 e 2018, o escritório recebeu 920 causas. Sendo assim, o número de causas da área tributária recebidas pelo escritório em 2017 foi de

- (A) 69.
- (B) 70.
- (C) 72.
- (D) 75.
- (E) 80.

17. O gráfico indica o número de pessoas no centro de uma cidade, em oito momentos, das 10 às 17 horas.



A análise correta desse gráfico permite concluir que, das 10h às 17h, necessariamente,

- (A) o maior aumento do número de pessoas entre duas horas consecutivas ocorreu das 10h às 11h.
- (B) o número médio de pessoas por hora no centro foi acima de 8000.
- (C) as pessoas que estavam no centro às 10h não estavam no centro às 17h.
- (D) o número de pessoas no centro era o mesmo às 12h e às 16h.
- (E) havia pessoas que estavam no centro às 11h e que também haviam estado no centro às 10h.

18. Observe as informações na etiqueta rasgada de um produto à venda no mercado.

peso .....	264 g
preço .....	R\$ 8,25
preço/kg .....	R\$

O número que não aparece na etiqueta devido ao rasgo é

- (A) 32,00.  
(B) 31,50.  
(C) 31,25.  
(D) 30,75.  
(E) 30,50.
19. Um lote retangular possui 17 metros a mais de comprimento do que de largura. Se a área desse lote é igual a  $168 \text{ m}^2$ , a diagonal do lote, em metros, é igual a
- (A) 25.  
(B) 26.  
(C) 27.  
(D) 28.  
(E) 29.
20. As tarefas numeradas de 1 a 50 devem ser realizadas no prazo dos cinco dias úteis de uma semana. A pessoa que vai realizar as tarefas decidiu fazer aquelas que estão numeradas com um múltiplo de 3 na segunda-feira. Das que sobraem, ela fará as numeradas por múltiplo de 4 na terça-feira. Das que sobraem, ela fará as numeradas por múltiplo de 5 na quarta-feira. Seguindo o mesmo padrão, das que sobraem, ela fará as numeradas por múltiplo de 6 na quinta-feira e, por fim, fará as que restarem na sexta-feira. Sendo assim, essa pessoa terá que realizar na sexta-feira um total de tarefas igual a
- (A) 17.  
(B) 18.  
(C) 19.  
(D) 20.  
(E) 21.

21. Segundo o Correio Brasiliense, o presidente Jair Bolsonaro não cravou o que será divulgado na próxima semana, mas, nesta sexta-feira (1º de novembro de 2019), sinalizou que o mais provável é a apresentação de proposta para mudanças de ações, que já estão previstas na Constituição Federativa do Brasil, a respeito do conjunto de dispositivos que configuram as obrigações financeiras, a arrecadação de recurso e os campos de atuação dos entes federados.

(Correio Brasiliense. Disponível em <https://bit.ly/2Wl3nyl>. Acesso em 02/11/2019. Adaptado)

A expectativa dos jornalistas, levando em consideração as características da descrição do presidente, é que o governo vai encaminhar uma proposta sobre

- (A) a reforma administrativa.
- (B) o pacto federativo.
- (C) a reforma trabalhista.
- (D) o fechamento dos Correios.
- (E) a reforma política.

22. No final do mês de outubro deste ano (2019), os veículos de comunicação noticiavam que duas propostas de reforma tributária tramitavam: a PEC 110/2019 no Senado e a PEC 45/2019 na Câmara. Em ambas as proposições, a alteração do Sistema Tributário Nacional tem como principal objetivo a simplificação e a racionalização da tributação sobre a produção e a comercialização de bens e a prestação de serviços, base tributável atualmente compartilhada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(Site Câmara. Disponível em <https://bit.ly/36kQ1wy>. Acesso em 02.11.2019. Adaptado)

Comparando as duas propostas, é correto afirmar que o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) na

- (A) PEC 110 prevê a concessão de benefícios fiscais, por lei complementar, nas operações com alimentos, inclusive os destinados ao consumo animal.
- (B) PEC 45 substitui nove tributos: IPI, IOF, PIS, Pasep, Cofins, CIDE-Combustíveis, Salário-Educação, ICMS, ISS.
- (C) PEC 45 corresponde a um tributo estadual, instituído por intermédio do Congresso Nacional, com poder de iniciativa reservado, basicamente, a representantes dos Estados e Municípios.
- (D) PEC 110 é um tributo federal instituído por meio de lei complementar federal.
- (E) PEC 110 substitui cinco tributos: IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS.

23. As exportações de carne bovina *in natura* do Brasil atingiram máximas históricas para um único mês em outubro, mostraram nesta sexta-feira (01.11.2019) dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

(g1. Disponível em <https://glo.bo/34psetD>. Acesso em 01.11.2019. Adaptado)

Segundo os analistas, as máximas históricas foram alcançadas porque

- (A) a Índia não conseguiu fechar negócios de carne suína com seus tradicionais parceiros.
- (B) os preços subsidiados pelo governo permitiram que os produtores vendessem a carne por preço menor que o dos concorrentes.
- (C) a JBS vendeu a carne bovina estocada por preço menor que o habitual para fazer caixa, pagar os seus credores e evitar a falência.
- (D) a China foi afetada pela peste suína e viu-se obrigada a importar grande quantidade de proteína animal.
- (E) a demanda mundial pela proteína animal foi ampliada com a melhoria da base salarial nos países asiáticos.

24. O Uruguai terá segundo turno na eleição presidencial, segundo resultados confirmados na madrugada desta segunda-feira (28.10.2019). O governista Daniel Martínez disputará o cargo com o opositorista Luis Lacalle Pou em 24 de novembro.

(g1. Disponível em <https://glo.bo/2WC9xjV>. Acesso em 02.11.2019. Adaptado)

Os analistas uruguaios acreditam que o opositorista leva pequena vantagem de ser eleito no segundo turno porque

- (A) o governista Martínez não conseguiu capitalizar o discurso e a liderança do atual presidente Tabaré Vázquez.
- (B) a Frente Ampla, partido de Martínez e do ex-presidente José "Pepe" Mujica, apoia reforma do Código de Processo Penal com a inclusão da prisão perpétua.
- (C) o programa de governo de Lacalle defende a criação de uma Guarda Nacional Militar com poder de polícia.
- (D) como prefeito de Montevideo, Martínez autorizou operações de buscas de devedores de impostos municipais durante o período noturno.
- (E) Lacalle deverá receber o apoio dos dois principais candidatos derrotados que defenderam plataformas mais alinhadas à direita.

25. Conforme noticiário divulgado em 30 de outubro de 2019, já são 20 mortos e passa de 9 mil o número de presos na onda de protestos no Chile, de acordo com um relatório oficial divulgado pelo Ministério da Justiça e Direitos Humanos chileno. O balanço inclui dados de mortes e feridos contabilizados a partir de 19 de outubro, quando começaram os protestos e os tumultos.

(Terra. Disponível em <https://bit.ly/322IMGk>. Acesso em 02.11.2019. Adaptado)

A onda de protestos no Chile teve início com

- (A) o decreto do presidente Sebastián Piñera aumentando em 9,2% o preço da eletricidade.
- (B) o anúncio feito pelo presidente Sebastián Piñera decretando o fechamento do congresso e marcando eleições para o início de 2020.
- (C) o anúncio de aumento de 30 pesos, autorizado pelo governo, nos preços das passagens do metrô.
- (D) o aumento do desemprego das populações de menor poder aquisitivo.
- (E) a privatização de universidades públicas para equilibrar as contas do governo.

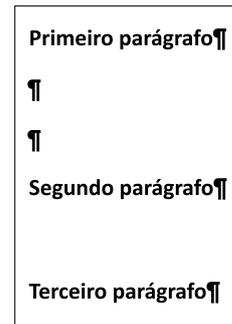
#### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Em um computador com Microsoft Windows 7, em sua configuração original, um usuário tem apenas um aplicativo aberto, que é o Bloco de Notas, e está editando um texto. Em um dado momento, o aplicativo parou de responder. Para poder encerrá-lo de maneira forçada, o usuário pressionou as teclas \_\_\_\_\_, onde aparece uma opção para abrir \_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) CTRL+ALT+DEL ... o Gerenciador de Tarefas
- (B) ALT+TAB ... o Gerenciador de Tarefas
- (C) CTRL+ALT+DEL ... a Área de Transferência
- (D) CTRL+ALT+DEL ... o Painel de Controle
- (E) ALT+TAB ... a Área de Transferência

27. Tem-se o seguinte documento preparado no Microsoft Word 2010, em sua configuração original, com as marcas de parágrafo ativadas.



Assinale a alternativa que indica, respectivamente, quantas linhas existem entre o textos “Primeiro parágrafo” e “Segundo parágrafo”, e depois quantas linhas existem entre o textos “Segundo parágrafo” e “Terceiro parágrafo”.

- (A) Nenhum e nenhum.
- (B) Nenhum e 2.
- (C) 2 e nenhum.
- (D) 2 e 1.
- (E) 2 e 2.

28. Tem-se a seguinte planilha criada no Microsoft Excel 2010, em sua configuração padrão, em português.

	A
1	10
2	20
3	30
4	40
5	
6	

Assinale a alternativa com o resultado a ser apresentado na célula A6, ao se inserir a fórmula =OU(A1=0;A2=20;A3<=30;A4<=40)

- (A) 10
- (B) 10;20;30;40
- (C) 20
- (D) VERDADEIRO
- (E) FALSO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

29. Um usuário está criando uma apresentação com 20 slides no Microsoft PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, sem nenhum botão de ação e nem animações, e deseja que os slides de 8 a 11, que contêm informações adicionais para suporte em caso de dúvidas, não sejam exibidos durante o Modo de Apresentação, iniciando no slide 1 e terminando no slide 20. Assinale a alternativa que indica o procedimento correto para que isso aconteça.
- (A) Os slides 8 a 11 precisam ser movimentados para o final da apresentação.
  - (B) O usuário precisa configurar os slides 8 a 11 como ocultos.
  - (C) O slide 7 precisa ser configurado com uma transição do tipo "Mover para" e o usuário deve configurar o destino como slide 12.
  - (D) Os slides 8 a 11 devem conter uma animação, de saída.
  - (E) Os slides 8 a 11 precisam ser movimentados para o início da apresentação.
30. Um usuário precisa preparar e enviar uma mensagem e um arquivo anexo por meio do aplicativo de correio eletrônico Microsoft Outlook 2010, em sua versão original, para 2 pessoas, Ana e Daniela, sendo que o texto da mensagem deve ser enviado a ambas, mas o arquivo anexo só pode ser enviado para Daniela. Assinale a alternativa com o procedimento correto a ser adotado para essa finalidade.
- (A) Preparar 1 mensagem apenas, colocar Ana no campo Para, colocar Daniela no campo Cc, e anexar o arquivo na mensagem.
  - (B) Preparar 1 mensagem apenas, colocar Ana no campo Para, colocar Daniela no campo Cco, e anexar o arquivo na mensagem.
  - (C) Preparar 1 mensagem apenas, colocar Ana no campo Para, colocar Daniela no campo Cc, e o arquivo a ser anexado no campo Cco.
  - (D) Preparar 2 mensagens, sendo que na primeira mensagem escrever o texto e colocar Ana e Daniela no campo Para e sem nenhum anexo, e, na segunda mensagem, colocar Daniela no campo Para, Ana no campo Cco e anexar o arquivo na mensagem.
  - (E) Preparar 2 mensagens, sendo que na primeira mensagem escrever o texto e colocar Ana e Daniela no campo Para e sem nenhum anexo, e, na segunda mensagem, colocar apenas Daniela no campo Para, e anexar o arquivo na mensagem.
31. Com relação às taxas, é correto afirmar que
- (A) sempre que possível, terão caráter pessoal.
  - (B) não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
  - (C) serão graduadas segundo a +capacidade econômica do contribuinte.
  - (D) são decorrentes de obras públicas.
  - (E) são tributos desvinculados da atividade do estado.
32. No tocante às limitações do poder de tributar previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que
- (A) os Municípios, por meio de legislação específica, poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino, sendo vedado o referido procedimento aos Estados.
  - (B) a União, após análise da situação econômica, poderá, por decreto, instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
  - (C) os Estados, por meio de legislação específica, poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino, sendo vedado o referido procedimento aos Municípios.
  - (D) a União, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, sendo vedada essa instituição pelos Municípios.
  - (E) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ressalvadas algumas exceções constitucionais, cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
33. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, compete aos Municípios instituir impostos, entre outros casos, sobre
- (A) propriedade predial e territorial urbana.
  - (B) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
  - (C) operações relativas à circulação de mercadorias, ainda que estas tenham sido adquiridas no exterior.
  - (D) propriedade de veículos automotores.
  - (E) prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

34. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no que concerne às finanças públicas, é correto afirmar que
- (A) lei ordinária disporá sobre finanças públicas.
  - (B) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco do Brasil.
  - (C) o Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
  - (D) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco do Brasil.
  - (E) o Banco Central poderá conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

35. Considere o seguinte caso: a autoridade administrativa competente, ao proferir decisão em processo administrativo, aplicou sanção a uma empresa privada pelos motivos de fato e de direito que constaram de parecer elaborado pela área técnica a ela subordinada. Ocorre que o parecer que constou do processo administrativo foi nele juntado por erro, pois tratava de outro caso concreto, sem relação com aquele decidido. Nesse contexto, a decisão proferida pela autoridade administrativa é
- (A) inexistente, porque proferida com vício de objeto.
  - (B) nula, porque proferida com vício de motivação.
  - (C) anulável, porque o erro material pode ser convalidado pela autoridade superior.
  - (D) inválida, porque deve ser objeto de retratação pela autoridade que proferiu a decisão.
  - (E) válida, porque o erro é material e pode ser sanado por simples retificação pela autoridade hierarquicamente superior.
36. O ato administrativo que concede benefício fiscal a um contribuinte, mediante a demonstração do preenchimento dos requisitos legais, é classificado como ato decorrente do exercício do poder
- (A) hierárquico.
  - (B) disciplinar.
  - (C) de polícia judiciária.
  - (D) discricionário.
  - (E) vinculado.

37. Um fiscal tributário que revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço, em tese, poderá responder pela prática de
- (A) crime contra a ordem econômica, punível com a perda do cargo público.
  - (B) ilícito civil, punível com advertência e reparação do erário por perdas e danos.
  - (C) ato de improbidade administrativa, punível com perda do cargo público e suspensão dos direitos políticos.
  - (D) infração disciplinar punível com exoneração e suspensão dos direitos políticos.
  - (E) ato atentatório contra a dignidade da função, punível com exoneração e perda dos direitos políticos.
38. Uma empresa que possui débitos inscritos em dívida ativa, porém com exigibilidade suspensa, solicitou certidão de regularidade fiscal e tributária para participar de um procedimento de licitação. O requerimento da empresa foi indeferido pela Fazenda Pública, que não atentou que os débitos encontravam-se com a exigibilidade suspensa. Nessa hipótese, o meio judicial de que a empresa poderá se valer para obter a certidão e participar do certame é
- (A) o Mandado de Segurança individual.
  - (B) o Mandado de Segurança coletivo.
  - (C) a Ação Civil Pública.
  - (D) a Ação Popular.
  - (E) a Ação Cautelar Fiscal.

### DIREITO CIVIL

39. Assinale a alternativa que traz apenas informações corretas acerca das pessoas jurídicas.
- (A) As associações têm domicílio onde funcionarem as respectivas diretorias e são constituídas pela associação de pessoas que se organizem para fins econômicos.
  - (B) A qualidade de associado, em regra, é transmitida por instrumento público, e o domicílio pode ser eleito pelos associados e previsto no seu estatuto ou nos atos constitutivos.
  - (C) Os partidos políticos, por serem equiparados a pessoas jurídicas de direito público, têm seu domicílio no Distrito Federal, se tiverem abrangência nacional, ou na respectiva capital do Estado, se tiverem abrangência estadual ou municipal.
  - (D) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante, tendo por domicílio necessário, nesse caso, a capital do Estado onde se situa.
  - (E) A criação de uma fundação será por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la e, caso tenha diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

40. No que diz respeito às diferentes classes de bens, assinale a alternativa que corresponde às suas respectivas características.
- (A) Para os efeitos legais, consideram-se bens imóveis o direito à sucessão aberta e bens móveis os direitos pessoais de caráter patrimonial e suas respectivas ações.
  - (B) São fungíveis os bens móveis ou imóveis que podem substituir-se por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade e consumíveis aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância, não sendo assim considerados os destinados à alienação.
  - (C) Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor ou prejuízo do uso a que se destinam. Estes bens só podem tornar-se indivisíveis por determinação legal.
  - (D) São singulares os bens que, embora dependam dos demais, reunidos, consideram-se de per si. São coletivos os bens que constituem universalidade de fato ou de direito, sendo que estes podem ser objeto de relações jurídicas próprias.
  - (E) Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal; e são pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, destinam-se, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
41. No que diz respeito ao pacto antenupcial, assinale a alternativa correta.
- (A) As convenções antenupciais terão efeito perante terceiros imediatamente após a assinatura dos nubentes.
  - (B) No pacto antenupcial que adotar o regime de participação final nos aquestos, poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis, desde que pertencentes ao casal.
  - (C) É anulável a convenção ou cláusula dela que contravenha disposição absoluta de lei.
  - (D) É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.
  - (E) A eficácia do pacto antenupcial realizado por menor fica condicionada à aprovação de seu representante legal, inclusive nas hipóteses de regime obrigatório de separação de bens.
42. No que diz respeito ao pagamento das dívidas do falecido, assinale a alternativa correta.
- (A) Se o herdeiro for devedor ao espólio, em regra, o débito será imputado inteiramente no quinhão do devedor.
  - (B) Sempre que houver ação regressiva de uns contra outros herdeiros, a parte do co-herdeiro insolvente dividir-se-á em proporção entre os demais.
  - (C) Os legatários e credores da herança não podem exigir que do patrimônio do falecido se discrimine o do herdeiro.
  - (D) As despesas funerárias, apenas no caso de haver herdeiros legítimos, saíam do monte da herança.
  - (E) A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido; mas, feita a partilha, respondem os herdeiros de forma solidária.
43. Em relação às disposições pertinentes ao Conselho de Administração, estabelece a Lei nº 6.404/1976 (Sociedade Anônima):
- (A) o conselho de administração será composto por, no mínimo, 2 (dois) membros, eleitos pela assembleia-geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, devendo o estatuto estabelecer, dentre outras circunstâncias, o prazo de gestão, que não poderá ser superior a 2 (dois) anos, permitida a reeleição.
  - (B) o estatuto poderá estabelecer o número de conselheiros, ou o máximo e o mínimo permitidos, e o processo de escolha e substituição do presidente do conselho pela assembleia, vedada a participação em tal processo do próprio conselho.
  - (C) na eleição dos conselheiros, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 0,5 (cinco décimos) do capital social com direito a voto, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho, sendo vedado ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato.
  - (D) o estatuto poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representem.
  - (E) compete ao conselho de administração, dentre outras atribuições: tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, aprovar a reforma do estatuto e convocar a assembleia-extraordinária quando julgar conveniente.
44. Em relação à classificação dos créditos na falência, dispõe a Lei nº 11.101/2005:
- (A) são créditos quirografários aqueles a cujos titulares a lei confira o direito de retenção sobre a coisa dada em garantia e os assim definidos em outras leis civis, comerciais e tributárias.
  - (B) são créditos com privilégio geral os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento.
  - (C) são créditos subordinados os assim previstos em lei ou em contrato e os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício.
  - (D) os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados como de privilégio geral.
  - (E) são oponíveis à massa os valores decorrentes de direito de sócio ao recebimento de sua parcela do capital social na liquidação da sociedade.

45. Em relação à liquidação da sociedade, é correto afirmar:
- (A) respeitados os direitos dos credores preferenciais, pagará o liquidante as dívidas sociais proporcionalmente, sem distinção entre vencidas e vincendas, mas, em relação a estas, com desconto.
  - (B) os sócios podem resolver, por unanimidade de votos, antes de ultimada a liquidação, antes mesmo de pagos os credores, que o liquidante faça rateios por antecipação da partilha, à medida que se apurem os haveres sociais.
  - (C) aprovadas as contas, encerra-se a liquidação, e a sociedade se extingue, ao ser averbada no registro próprio a ata da assembleia, sendo que o dissidente tem o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da ata, devidamente averbada, para promover a ação que couber.
  - (D) constituem deveres do liquidante, dentre outros: averbar e publicar a ata, sentença ou instrumento de dissolução da sociedade; arrecadar os bens, livros e documentos da sociedade, onde quer que estejam, e proceder, nos 30 (trinta) dias seguintes ao da sua investidura e com a assistência, sempre que possível, dos administradores, à elaboração do inventário e do balanço geral do ativo e do passivo.
  - (E) sem estar expressamente autorizado pelo contrato social, ou pelo voto da unanimidade dos sócios, não pode o liquidante gravar de ônus reais os móveis e imóveis, contrair empréstimos, mesmo quando indispensáveis ao pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

46. É reservado à lei complementar em matéria tributária:
- (A) o estabelecimento da alíquota do imposto sobre serviços.
  - (B) a definição da base de cálculo do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.
  - (C) a vedação ao não confisco.
  - (D) a previsão de impostos extraordinários.
  - (E) a regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar.
47. A interpretação da legislação tributária segue regras específicas previstas no Código Tributário Nacional. Sobre essas regras, é correto afirmar que
- (A) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará primeiramente a analogia.
  - (B) se interpreta finalisticamente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário.
  - (C) o emprego da analogia não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
  - (D) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição de seus institutos e para definição dos respectivos efeitos tributários.
  - (E) o emprego da equidade não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

48. Sobre a função socioeconômica dos tributos, é correto afirmar que
- (A) os tributos pigouvianos são aqueles que permitem extrair do contribuinte a mais valia técnica do seu trabalho, na medida da sua capacidade contributiva.
  - (B) as contribuições de intervenção no domínio econômico têm tanto caráter arrecadatório quanto caráter extrafiscal, permitindo ao governo influenciar o comportamento dos agentes econômicos.
  - (C) o princípio da capacidade contributiva aplica-se apenas aos impostos, não tendo guarida no caso das taxas e contribuições, cuja função socioeconômica é predominantemente fiscal.
  - (D) não é possível a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
  - (E) é possível a utilização excepcional de tributo com efeito de confisco, quando se destinar à correção de distorções na distribuição de renda, conforme expressa previsão constitucional.
49. A administração tributária é exercida nos estritos moldes fixados pela legislação, tratando-se de atividade plenamente vinculada. A seu respeito, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional, que
- (A) os poderes da administração tributária aplicam-se apenas às pessoas naturais ou jurídicas que sejam contribuintes do ente estatal respectivo, não atingindo as entidades que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
  - (B) a autoridade administrativa que proceder a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, sendo despendida a fixação de prazo para o seu término.
  - (C) para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
  - (D) os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados por dez anos decorridos do fato gerador dos tributos a que se refiram.
  - (E) mediante intimação escrita, são os advogados obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de seus clientes que lhe têm sido confiadas por razão profissional.

## DIREITO PENAL

50. Tendo em vista as normas e regras de aplicação da lei penal, no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

- (A) A regra da ultra-atividade decorre do princípio da legalidade e indica que a lei penal aplicável será a vigente ao tempo da prática do fato criminoso.
- (B) A lei excepcional aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, desde que não cessadas as necessidades que a fizeram existir.
- (C) A regra da ultra-atividade decorre da característica da extra-atividade da lei penal e indica a possibilidade de a lei penal aplicar-se a determinado fato, ainda que já revogada.
- (D) Não existe extraterritorialidade da lei penal brasileira, exceto para crimes praticados contra o Presidente da República ou o patrimônio da União.
- (E) Para definir o lugar do crime, o Código Penal Brasileiro adotou a teoria da atividade, segundo a qual o crime é considerado praticado onde se deu a ação ou omissão.

51. A respeito dos crimes contra a fé pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Aquele que suprimir sinal legítimo indicativo de inutilização em papel público, com o fim de torná-lo novamente utilizável, incorrerá nas mesmas penas previstas para o crime de falsificação de papéis públicos (art. 293, "caput", do CP).
- (B) Aquele que restitui à circulação papéis públicos falsificados ou alterados, ainda que culposamente, incorrerá nas mesmas penas previstas para o crime de falsificação de papéis públicos (art. 293, "caput", do CP).
- (C) O crime de falsificação de documento público (art. 297, do CP) é próprio de funcionário público.
- (D) O crime de falsidade ideológica (art. 299, do CP), se praticado em documento público, é próprio de funcionário público.
- (E) Os crimes de falso reconhecimento de firma ou letra (art. 300, do CP) e de certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301, do CP) são próprios de funcionários públicos.

52. Tendo em conta os crimes contra o sistema financeiro, previstos em legislação especial (Lei nº 7.492/86), assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins penais, a Lei nº 7.492/86, que definiu os crimes contra o sistema financeiro, equiparou à instituição financeira a pessoa jurídica ou natural que capte ou administre seguros e consórcios.
- (B) A Lei nº 7.492/86, que definiu os crimes contra o sistema financeiro, prevê a modalidade culposa para todos os tipos penais.
- (C) O crime de evasão de divisas (art. 22, da Lei nº 7.492/86) somente se caracteriza se a saída de moeda ou divisa ao exterior se dá mediante operação de câmbio não autorizada.
- (D) A Lei nº 7.492/86, que definiu os crimes contra o sistema financeiro, prevê expressamente a possibilidade de isenção total de pena ao coautor ou partícipe que colaborar, espontaneamente, com as autoridades responsáveis pela persecução penal.
- (E) A Lei nº 7.492/86, que definiu os crimes contra o sistema financeiro, prevê expressamente a possibilidade de multiplicar por 20 (vinte) o limite máximo do dia-multa previsto no Código Penal.

## CONTABILIDADE GERAL

53. As técnicas utilizadas pela contabilidade com o propósito de atingir seus objetivos são:

- (A) escrituração, planejamento, execução e controle.
- (B) auditoria, escrituração, análise de balanços e demonstrações.
- (C) contabilização, auditoria, planejamento e execução.
- (D) escrituração, análise de balanços e planejamento.
- (E) auditoria, planejamento, contabilização e demonstrações.

54. Com relação ao patrimônio, objeto da contabilidade, é correto afirmar que

- (A) o capital social de um empreendimento comercial é o montante de recursos aplicados em seu patrimônio.
- (B) o ativo patrimonial é composto pelos bens, direitos e obrigações de uma pessoa física e jurídica.
- (C) o montante dos bens e dos direitos de uma pessoa física tem o mesmo valor de um passivo real.
- (D) ao se calcular os direitos reais e os direitos pessoais pertencentes a uma empresa, está se calculando o ativo patrimonial dessa entidade.
- (E) o patrimônio líquido de uma empresa é a diferença entre o valor nominal e o valor real da empresa.

55. O balanço patrimonial de uma empresa é um documento contábil que deverá mostrar, no mínimo,

- (A) as despesas correntes durante certo período.
- (B) as receitas obtidas durante determinado período.
- (C) as despesas financeiras e de capital durante um certo período.
- (D) o imposto de renda e a contribuição do lucro líquido.
- (E) os estoques, ativos financeiros, imobilizado e intangíveis.

56. Deve(m) ser classificado(a)(s) no ativo intangível, de acordo com legislação atual, sem possibilidade de amortização:
- (A) o ágio pago por rentabilidade futura (*goodwill*).
  - (B) as despesas pré-operacionais.
  - (C) os imóveis de renda.
  - (D) os gastos com pesquisas de produtos.
  - (E) as benfeitorias em imóvel de terceiros.

#### LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OSASCO

57. Determinada entidade sindical, sediada em Osasco, é proprietária de dois imóveis no Município. Em um deles, fica a sua sede administrativa, enquanto o outro está desocupado há vários anos e não tem sido utilizado pela entidade. Segundo o disposto na Lei Orgânica Municipal, no que diz respeito à possibilidade de imposição do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em relação a esses imóveis, é correto afirmar que o Município
- (A) poderá cobrar o IPTU integralmente do imóvel desocupado e apenas 50% do valor do imposto sobre o imóvel onde funciona a sede da entidade.
  - (B) poderá cobrar o IPTU de ambos os imóveis, visto que entidades sindicais não gozam de imunidade tributária.
  - (C) poderá cobrar o IPTU apenas em relação ao imóvel onde se situa a sede administrativa da entidade sindical.
  - (D) poderá cobrar o IPTU apenas em relação ao imóvel que não está sendo utilizado pela entidade.
  - (E) não poderá cobrar o IPTU de nenhum deles, tendo em vista a imunidade tributária prevista na Lei em favor das entidades sindicais.
58. Considerando o disposto no Código Tributário do Município de Osasco a respeito do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), na hipótese de um munícipe ser proprietário de um imóvel de dois hectares, localizado na zona urbana, o qual, comprovadamente, é utilizado na exploração agrícola, o imposto
- (A) não será devido em razão do seu tamanho e do uso específico do imóvel, por força de expressa disposição legal.
  - (B) será devido independentemente do seu tamanho e de seu uso específico, meramente pelo fato de estar situado em zona urbana.
  - (C) não será devido simplesmente pelo seu uso específico, não fazendo a lei distinção quanto ao tamanho do imóvel nesse caso.
  - (D) será devido pelo fato de o tamanho do imóvel ser de apenas 2 (dois) hectares, embora o seu uso específico pudesse lhe garantir a isenção.
  - (E) será devido, com desconto de 50% (cinquenta por cento) em razão do seu uso específico.

59. Medusa, viúva, 59 anos de idade, é aposentada e reside em Osasco no único imóvel de sua propriedade, juntamente com seu neto de 18 anos de idade. Medusa recebe proventos no valor de 2 salários-mínimos, e seu neto possui rendimentos assalariados equivalentes a 2,5 salários-mínimos. A aposentada postulou isenção do IPTU perante a Prefeitura Municipal de Osasco, com base no Código Tributário do Município. Nessa situação hipotética, considerando apenas os dados acima mencionados, é correto afirmar que Medusa
- (A) não tem direito à isenção por não ter ainda atingido a idade mínima exigida de 60 (sessenta) anos.
  - (B) tem direito à isenção, tendo em vista que atende aos requisitos legais para obtenção do benefício.
  - (C) não tem direito à isenção em razão de residir com seu neto que recebe rendimentos do seu trabalho.
  - (D) não tem direito à isenção, tendo em vista que a soma dos proventos e rendimentos dos ocupantes do imóvel ultrapassa o teto legal.
  - (E) somente terá direito ao benefício se comprovar que é pobre e não pode pagar o imposto sem prejuízo do seu sustento.
60. Segundo o Decreto Municipal nº 11.549/2017, os prestadores de serviços inscritos no Cadastro Mobiliário de Contribuintes emitirão, por ocasião de cada prestação de serviço, Nota Fiscal Eletrônica (NF-E). No entanto, segundo o mesmo Decreto, estão dispensados da emissão de NF-E
- (A) as micro e pequenas empresas, independentemente do seu ramo de atividade, desde que cadastradas no Simples Nacional, na forma da Lei.
  - (B) as concessionárias de serviços públicos, as corporações internacionais e as empresas estrangeiras.
  - (C) as micro e pequenas empresas, cadastradas no Simples Nacional, que atuam no ramo agrícola, da pecuária ou de pesquisa.
  - (D) as Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada, independentemente do ramo de atividades.
  - (E) as instituições financeiras, os prestadores que exploram rodovias (concessionárias) e as empresas concessionárias de transporte coletivo.

